

**INCLUSÃO DOS ALUNOS
SURDOS NO ENSINO
SUPERIOR DA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA:
ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE
ACESSIBILIDADE PARA
GARANTIR A
PERMANÊNCIA DESSES
ESTUDANTES**

**INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION AT THE FEDERAL
UNIVERSITY OF JUIZ DE FORA: THE ROLE OF THE ACCESSIBILITY UNIT IN
ENSURING STUDENT RETENTION**

Ciências Humanas • 19/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784312807](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784312807)

George Campanha de Souza¹

Carla Fófano Campanha²

RESUMO

O presente estudo analisa como os setores responsáveis por promover a acessibilidade aos alunos surdos que ingressam no ensino superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) têm atuado para garantir a permanência desses estudantes na instituição. O objetivo principal consiste em analisar as ações promovidas pelo Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFJF para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior pelos estudantes surdos. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com alunas surdas. Os resultados apontam que, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas de cotas e pela presença de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS), persistem desafios significativos de comunicação e integração entre os setores da universidade, comprometendo a experiência acadêmica plena dessas estudantes. Propõe-se um Plano de Ação Educacional (PAE) que inclui a criação de um formulário contínuo de avaliação por meio de feedback (LibrasForms) e a elaboração de um manual de práticas pedagógicas inclusivas para os docentes, visando consolidar um ambiente acadêmico verdadeiramente acessível e equitativo.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Ensino Superior; Estudantes Surdos; Núcleo de Apoio à Inclusão.

ABSTRACT

This study analyzes how the sectors responsible for promoting accessibility for deaf students entering higher education at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) have acted to ensure their permanence in the institution. The main objective is to analyze the actions promoted by the Accessibility Support Center (NAI) at UFJF to ensure the permanence and graduation of deaf students in

higher education. The qualitative research, with an exploratory and descriptive case study design, used bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews with deaf female students. The results indicate that, despite the advances provided by quota policies and the presence of Brazilian Sign Language Translators and Interpreters (TILS), significant communication and integration challenges persist among university sectors, compromising the full academic experience of these students. An Educational Action Plan (PAE) is proposed, which includes the creation of a continuous feedback evaluation form (LibrasForms) and the development of a manual of inclusive pedagogical practices for teachers, aiming to consolidate a truly accessible and equitable academic environment.

Keywords: Inclusion; Accessibility; Higher Education; Deaf Students; Accessibility Support Center.

1. INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro das últimas décadas tem sido marcado por avanços expressivos no campo das políticas de inclusão, impulsionados tanto por marcos normativos nacionais quanto por compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Nesse processo, a educação superior ocupa um lugar estratégico, pois representa o espaço de formação profissional e de produção do conhecimento, ao qual todos os cidadãos têm direito de acesso em condições de igualdade. Entre os grupos que historicamente enfrentaram maiores obstáculos nessa trajetória, os estudantes surdos merecem atenção particular, uma vez que suas necessidades linguísticas e comunicativas exigem estratégias diferenciadas e específicas para propiciar o pleno desenvolvimento acadêmico (ALVES, 2019).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seus artigos 205, 206 e 208, consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado, enfatizando o princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1988). Esse fundamento constitucional abriu caminho para um conjunto robusto de legislações complementares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabeleceu as bases do sistema educacional e garantiu o direito à educação para todos os brasileiros, independentemente de suas condições (BRASIL, 1996). Mais adiante, o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reforçou o compromisso do Brasil com a promoção de uma educação inclusiva em todos os níveis (BRASIL, 2009). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, consolidou esse arcabouço ao estabelecer direitos e garantias abrangentes para as pessoas com deficiência, tornando a inclusão um princípio inegociável (BRASIL, 2015).

No que diz respeito especificamente à comunidade surda, a Lei nº 10.436/2002 representou um divisor de águas ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, conferindo legitimidade ao idioma e abrindo espaço para a criação de políticas educacionais voltadas a essa população (BRASIL, 2002). O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou essa lei e estabeleceu, entre outras medidas, a obrigatoriedade da presença de Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) nas instituições de ensino superior, bem como a inclusão de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores (BRASIL, 2005). Em 2021, a Lei nº 14.191 ampliou esse reconhecimento ao dispor sobre a modalidade de educação

bilíngue de surdos, reafirmando o compromisso do Estado com a valorização da identidade e da cultura surda (BRASIL, 2021).

Em consonância com esse arcabouço legal, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) adotou um conjunto de medidas institucionais para assegurar o ingresso, a permanência e a participação dos estudantes surdos. Entre essas iniciativas, destacam-se a implantação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), a criação do curso de Licenciatura em Letras-Libras, a reserva de vagas para pessoas surdas por meio da Lei de Cotas e a realização de concursos para contratação de TILS. Contudo, a existência dessas estruturas não elimina, por si só, as barreiras que os estudantes surdos enfrentam em seu cotidiano acadêmico. A efetividade das políticas de inclusão depende, em grande medida, da articulação entre os diferentes setores da universidade e da qualidade da comunicação e da gestão da informação entre eles.

O presente estudo parte justamente dessa constatação. Durante o processo de coleta de dados, foram identificadas divergências de informações entre o NAI e as coordenações de curso, bem como a ausência de respostas de alguns departamentos às solicitações de dados sobre alunos surdos. Essas discrepâncias apontam para um problema de sistematização de dados e falta de alinhamento nos diálogos entre os setores, indicando uma lacuna na comunicação e no compartilhamento de informações que compromete a oferta de um suporte inclusivo eficaz.

Diante desse cenário, a questão central que orienta esta pesquisa é: como os setores responsáveis por promover acessibilidade aos alunos surdos que ingressam no ensino superior da UFJF têm atuado e garantido a permanência desses sujeitos na instituição? O

objetivo geral é analisar as ações promovidas pelo NAI da UFJF para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior pelos estudantes surdos. Os objetivos específicos são: descrever as ações implementadas pelo NAI e sua articulação com as coordenações de curso, corpo docente e demais responsáveis pela formação do estudante; analisar tais ações com foco no acesso, na inclusão e na permanência dos alunos surdos; e propor estratégias de melhoria por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE).

2. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: MARCO TEÓRICO E LEGAL

2.1. Da Segregação à Inclusão: Uma Trajetória Histórica

A compreensão do processo de inclusão educacional requer uma análise histórica que situe os diferentes paradigmas que orientaram o atendimento às pessoas com deficiência ao longo do tempo. A trajetória da Educação Especial pode ser dividida em três períodos distintos: segregação, integração/normalização e inclusão (SANTOS; REIS, 2015). O período de segregação, anterior aos anos 1960, caracterizou-se pela exclusão das pessoas com deficiência do sistema educacional regular, que eram encaminhadas a instituições especializadas com foco assistencialista. A partir da década de 1970, o modelo de integração passou a ganhar espaço, apoiado no princípio da normalização, que buscava inserir as pessoas com deficiência nas escolas regulares, exigindo, contudo, que fossem elas a se adaptar ao sistema (MANTOAN, 2015).

A partir dos anos 1990, impulsionada pela Declaração de Salamanca (1994), emerge o conceito de inclusão, que inverte essa lógica ao propor a adaptação da escola às necessidades individuais de cada

aluno. A educação inclusiva pode ser definida como a capacidade de entender, reconhecer e respeitar o outro, favorecendo o convívio na diversidade e o acolhimento de todas as pessoas, sem exceção (ALMEIDA, 2014). Esse paradigma implica uma mudança profunda de perspectiva educacional, que não atinge apenas alunos com deficiência, mas todos os estudantes, visando ao sucesso de cada um na corrente educativa geral (MANTOAN, 2015).

No âmbito do ensino superior, a inclusão relaciona-se diretamente com o princípio da democratização do acesso e da permanência, previsto na CF/88, na LDB e no Plano Nacional de Educação de 2014. Esse princípio implica garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de ingressar, cursar e concluir o ensino superior, independentemente de qualquer condição. Estudos recentes demonstram que, embora o acesso tenha avançado significativamente, a permanência continua sendo o grande desafio, marcada por barreiras linguísticas, pedagógicas e institucionais que persistem nas universidades brasileiras (YAEGASHI et al., 2026; LIMA; GARCIA-VALCÁRCEL; MEIRINHOS, 2025).

2.2. A Surdez, a Libras e o Direito à Educação Bilíngue

A surdez, no contexto dos estudos surdos, não é compreendida apenas como uma condição médica, mas como uma diferença linguística e cultural que confere aos surdos uma identidade própria. A Libras é a língua natural da comunidade surda brasileira e constitui o principal meio pelo qual esses sujeitos constroem seu conhecimento de mundo e se relacionam com os outros. O reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 foram marcos

fundamentais para a garantia dos direitos linguísticos dos surdos no Brasil.

A educação bilíngue, que tem a Libras como primeira língua (L1) e o Português escrito como segunda língua (L2), é o modelo educacional mais adequado para os estudantes surdos, pois respeita sua identidade linguística e cultural. A Lei nº 14.191/2021, ao dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, reafirmou esse compromisso e criou novas perspectivas para a formação desses estudantes em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2021). No contexto do ensino superior, a implementação efetiva desse modelo exige não apenas a presença de TILS, mas também a adaptação de materiais didáticos, a formação continuada dos docentes e a criação de espaços de interação que valorizem a cultura surda.

2.3. O Papel do Tradutor Intérprete de Libras (TILS) no Ensino Superior

O Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) é um profissional essencial para a garantia da acessibilidade comunicacional dos estudantes surdos no ensino superior. Sua atuação vai além da simples tradução de palavras; envolve a mediação cultural e linguística entre dois mundos distintos, o dos ouvintes e o dos surdos. A Lei nº 12.319/2010 regulamentou a profissão, e a Lei nº 14.704/2023 trouxe atualizações importantes sobre o exercício profissional e as condições de trabalho desses profissionais (BRASIL, 2023).

Pesquisas recentes revelam que a atuação do TILS no ensino superior é marcada por uma heterogeneidade significativa entre as instituições. Cada universidade organiza e institucionaliza o serviço

de interpretação de maneira diferente, o que resulta em experiências muito variadas para os estudantes surdos. A prática de tradução de textos acadêmicos, por exemplo, não é tratada como prioridade em muitas instituições, dada a complexidade das atividades de apoio técnico necessárias (GOMES; VALADÃO, 2025). Além disso, a escassez de TILS em número suficiente para atender a toda a demanda das universidades é um problema recorrente, que compromete diretamente a qualidade do suporte oferecido aos estudantes surdos.

2.4. Gestão da Informação e Inclusão Institucional

A gestão da informação e do conhecimento nas instituições de ensino superior desempenha um papel estratégico na efetividade das políticas de inclusão. A informação é um recurso organizacional fundamental que, quando bem gerenciada, permite a tomada de decisões mais acertadas e a coordenação eficiente das ações entre os diferentes setores da instituição (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). No contexto da inclusão, a gestão da informação envolve a coleta, o processamento, o armazenamento e a disseminação de dados sobre os estudantes com deficiência, suas necessidades e as ações de suporte disponíveis.

A ausência de uma gestão da informação eficiente entre os núcleos de acessibilidade e as coordenações de curso cria lacunas que comprometem a continuidade e a qualidade do suporte oferecido. Quando os setores não dialogam e não compartilham informações de forma sistemática, o estudante surdo acaba sendo o elo mais fraco dessa cadeia, tendo que repetir suas demandas a diferentes interlocutores e, muitas vezes, não recebendo o suporte adequado no momento em que mais precisa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, caracterizada como um estudo de caso exploratório e descritivo. O estudo de caso, conforme Gil (2017), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. Essa abordagem mostrou-se adequada para investigar a complexidade das relações entre os setores da UFJF e as experiências dos estudantes surdos, permitindo uma compreensão contextualizada do fenômeno estudado.

A coleta de dados foi organizada em dois momentos. No primeiro, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislações federais, resoluções do Conselho Superior da UFJF, editais de concurso para TILS e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2027). Também foram realizadas entrevistas presenciais com a coordenação do NAI e a coordenação do curso de Letras-Libras, gravadas e transcritas. Adicionalmente, foram enviados e-mails a departamentos de cursos com alunos surdos matriculados, buscando informações sobre o suporte oferecido.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas alunas surdas da UFJF. As identidades das participantes foram preservadas por meio de códigos de identificação: a primeira entrevistada foi designada como E1, aluna do 10º período do curso de Arquitetura; a segunda, como E2, aluna do 9º período do curso de Letras-Libras. As entrevistas foram conduzidas de forma on-line, por meio da plataforma Google Meet, com a mediação de um TILS, gravadas em vídeo e posteriormente transcritas. O roteiro de entrevista foi estruturado em 37 perguntas, organizadas em sete partes: perfil do aluno, ingresso na UFJF,

matrícula, experiência de permanência, acesso a recursos e suportes, interação com professores e colegas, e uma pergunta final aberta.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar padrões, contradições e nuances nas narrativas das participantes, articulando-as com o referencial teórico e com os dados documentais coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. O Acesso à Universidade e o Papel das Políticas de Cotas

As duas alunas entrevistadas ingressaram na UFJF no ano de 2018 por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizando o sistema de cotas. A aluna E2 ingressou especificamente pelo Grupo F, voltado exclusivamente para candidatos surdos no curso de Letras-Libras. A utilização do ENEM como sistema de seleção está em consonância com a política nacional de democratização do acesso à educação superior, e o sistema de cotas representa uma ferramenta essencial para a promoção da equidade, ao reconhecer as dificuldades históricas enfrentadas por grupos vulnerabilizados e buscar mitigá-las.

Ambas as alunas contaram com a assistência de TILS durante a realização das provas do ENEM, o que demonstra o cumprimento das garantias legais de acessibilidade nos processos seletivos. A presença de intérpretes é crucial para criar condições que garantam a comunicação eficaz entre alunos surdos e a equipe responsável pela aplicação das provas, permitindo que realizem as etapas necessárias de forma equitativa (MARIOT et al., 2023). Esse aspecto evidencia que as políticas de acessibilidade no processo de ingresso

têm avançado de forma mais consistente do que as ações voltadas à permanência.

Contudo, o ingresso na universidade revelou as primeiras falhas institucionais. Durante o processo de matrícula, não houve uma comunicação clara e proativa sobre a existência e o papel do NAI. As alunas descobriram o núcleo de forma tardia, por iniciativa própria ou por intermédio de colegas, o que indica uma lacuna na gestão da informação logo na entrada do estudante na instituição. Essa constatação é preocupante, pois o NAI deveria ser o primeiro ponto de contato do estudante surdo com a universidade, orientando-o sobre os recursos disponíveis e articulando o suporte necessário desde o início da vida acadêmica.

4.2. A Permanência e os Desafios Pedagógicos e Institucionais

A permanência das alunas surdas na UFJF revelou-se um processo permeado por desafios de diferentes naturezas. Embora a universidade disponibilize TILS para o acompanhamento das aulas, a efetividade desse suporte é frequentemente comprometida por questões estruturais e pedagógicas. Um dos principais problemas identificados foi a falta de preparo de parte do corpo docente para atuar com alunos surdos. As alunas relataram situações em que os professores não adaptavam suas metodologias, mantendo um ritmo de aula e um uso de materiais que dificultavam a interpretação simultânea pelo TILS e a compreensão pela aluna.

A dinâmica de alternar o olhar entre o intérprete, o quadro, os slides e os materiais escritos foi descrita pelas entrevistadas como exaustiva e prejudicial ao aprendizado. Esse relato corrobora achados de estudos recentes que apontam a ausência de materiais

didáticos traduzidos em Libras e a falta de adaptações metodológicas como barreiras centrais à inclusão efetiva no ensino superior (LIMA; GARCIA-VALCÁRCEL; MEIRINHOS, 2025). A simples presença do TILS em sala de aula não é suficiente para garantir a inclusão plena; é necessário que o docente compreenda a dinâmica da interpretação e adapte sua prática pedagógica para favorecer o processo de aprendizagem do aluno surdo.

A pesquisa também evidenciou um problema crônico de desarticulação entre o NAI e as coordenações de curso. Houve relatos de divergências de informações e ausência de diálogo sistemático entre esses setores. Em alguns casos, as coordenações não responderam às solicitações de informações sobre os alunos surdos, demonstrando uma falha na comunicação institucional que compromete a oferta de um suporte integrado e contínuo. Esse cenário reflete a importância da gestão da informação como elemento estruturante das políticas de inclusão, conforme destacado por Davenport e Prusak (1998): sem informação organizada e compartilhada, a tomada de decisões institucionais torna-se fragmentada e ineficiente.

A carência de profissionais TILS em número suficiente para atender a toda a demanda da universidade também foi identificada como um fator limitante. A ausência do intérprete em determinadas aulas ou atividades extracurriculares afeta diretamente a autonomia e a participação plena das estudantes na vida acadêmica. A situação foi agravada pelo resultado negativo de um edital para contratação de novos TILS, o que evidencia a necessidade de políticas institucionais mais robustas para garantir a continuidade e a ampliação desse serviço essencial.

Outro aspecto relevante foi a baixa participação dos docentes nas reuniões de orientação promovidas pelo NAI e pela coordenação de Letras-Libras. Em uma reunião realizada no segundo semestre de 2022, convocada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para orientar diretores e chefes de departamento sobre o ensino para alunos surdos, compareceram apenas cerca de 35 servidores, número muito aquém do esperado para uma convocação de tal abrangência. Esse dado revela uma resistência ou indiferença de parte da comunidade acadêmica em relação ao tema da inclusão, o que reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de sensibilização e capacitação docente.

O quadro a seguir sintetiza as principais potencialidades e fragilidades identificadas na inclusão de alunos surdos na UFJF:

Dimensão	Potencialidades	Fragilidades
Acesso	Política de cotas (Grupo F); presença de TILS no ENEM	Comunicação tardia sobre o NAI no processo de matrícula
Suporte Institucional	Existência do NAI; curso de Letras-Libras; contratação de TILS	Desarticulação entre NAI e coordenações; déficit de TILS
Prática Pedagógica	Reuniões de orientação docente; materiais de apoio	Baixa adesão docente; ausência de adaptações metodológicas
Gestão da Informação	PDI com metas de inclusão	Falta de sistematização e compartilhamento de dados entre setores

5. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

Diante dos problemas evidenciados ao longo da pesquisa, elaborou-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com propostas práticas e viáveis para aprimorar o suporte institucional e pedagógico aos alunos surdos da UFJF. O PAE é estruturado em duas propostas complementares, que se articulam para promover uma abordagem integrada e colaborativa entre os diferentes setores da universidade.

5.1. Proposta 1: Formulário de Avaliação Contínua por Meio de Feedback (LibrasForms)

A primeira proposta consiste na implementação de um sistema de avaliação contínua por meio de uma plataforma digital acessível em Libras, denominada *LibrasForms*. Essa ferramenta, inspirada na dissertação de Sales (2020) sobre formulários digitais acessíveis para pessoas surdas, permitiria que os próprios alunos surdos fornecessem feedback constante sobre o apoio recebido, tanto dos professores quanto do NAI e dos intérpretes, ao longo de cada semestre.

O objetivo central dessa proposta é garantir a melhoria contínua do suporte aos alunos surdos, ajustando práticas pedagógicas e estratégias de inclusão de forma responsiva às necessidades identificadas. O formulário seria disponibilizado no site institucional do NAI e divulgado por e-mail e aplicativos de mensagens, garantindo múltiplos canais de acesso. A análise periódica dos dados coletados pelo NAI, em conjunto com TILS, coordenadores e professores, permitiria uma gestão baseada em evidências reais das necessidades dos estudantes, promovendo intervenções mais precisas e adequadas.

A utilização básica do *LibrasForms* é gratuita, o que torna a proposta economicamente viável para a instituição. A implementação seria coordenada pelo NAI, com início previsto para o primeiro semestre de 2026, com ajustes semestrais baseados nos feedbacks recebidos. Essa ferramenta representa uma inovação significativa na gestão da informação sobre a inclusão, ao colocar o estudante surdo como protagonista do processo de avaliação e melhoria do suporte institucional.

5.2. Proposta 2: Manual para o Professor — Estratégias e Práticas no Ensino Inclusivo de Alunos Surdos

A segunda proposta é a criação de um manual pedagógico com orientações e metodologias inclusivas voltado para os professores que ministram aulas para alunos surdos. A necessidade desse instrumento decorre da constatação de que, apesar da presença de TILS e de algum conhecimento de Libras entre alguns docentes, ainda existem lacunas significativas na compreensão das necessidades dos alunos surdos e na adaptação das metodologias de ensino.

O manual seria desenvolvido por uma comissão multidisciplinar, coordenada pelo NAI e composta por TILS, professores de Libras, coordenação do curso de Letras-Libras, especialistas em educação inclusiva, docentes surdos e os próprios alunos surdos da UFJF. Essa composição plural garantiria que o documento refletisse as necessidades reais da comunidade surda e oferecesse orientações práticas e aplicáveis no cotidiano da sala de aula.

O conteúdo do manual abordaria temas como: a cultura e a identidade surda; a dinâmica da interpretação em Libras e como o

docente pode facilitar o trabalho do TILS; estratégias de uso de recursos visuais; adaptação de avaliações; e formas de promover a integração do aluno surdo com os demais colegas. O documento seria disponibilizado nos formatos digital e impresso, com distribuição às coordenações de curso e apresentação em reunião de orientação docente. A revisão anual do manual, com base nos feedbacks de docentes e alunos, garantiria sua atualização e relevância ao longo do tempo.

Essa proposta se insere em uma tendência crescente de iniciativas semelhantes em outras instituições federais de ensino, como o manual elaborado pelo NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que demonstrou grande relevância na compreensão das especificidades da população surda e na proposição de práticas pedagógicas inclusivas (LAGUNA; ARAÚJO, 2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior é um processo contínuo e multidimensional que vai muito além da garantia do acesso físico à universidade. A presente pesquisa evidenciou que a UFJF possui iniciativas institucionais relevantes, como a atuação do NAI, o sistema de cotas com grupo específico para surdos, a disponibilização de TILS e a oferta do curso de Letras-Libras. Essas ações representam avanços concretos e demonstram o compromisso da instituição com os princípios da educação inclusiva.

No entanto, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes surdos ainda esbarram em barreiras que precisam ser enfrentadas

com determinação e criatividade. A falta de preparo pedagógico de parte do corpo docente, a desarticulação entre o NAI e as coordenações de curso, a escassez de TILS e a ausência de uma gestão da informação eficiente são os principais obstáculos identificados. Esses problemas não são exclusivos da UFJF; eles refletem desafios estruturais presentes em grande parte das universidades federais brasileiras, conforme apontam estudos recentes (YAEGASHI et al., 2026; LIMA; GARCIA-VALCÁRCEL; MEIRINHOS, 2025).

O Plano de Ação Educacional proposto, com a implementação do *LibrasForms* e a criação do Manual do Professor, representa uma resposta concreta e viável a esses desafios. Mais do que ferramentas isoladas, essas propostas constituem um sistema integrado que visa promover uma cultura acadêmica mais colaborativa, responsiva e inclusiva. Ao colocar o estudante surdo como protagonista do processo de avaliação e ao capacitar os docentes para uma prática pedagógica mais sensível às diferenças linguísticas e culturais, o PAE aponta para um modelo de inclusão que vai além do cumprimento formal das normas legais.

Conclui-se que a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige o comprometimento de toda a comunidade acadêmica — gestores, docentes, técnicos administrativos e estudantes. É imperativo que as políticas institucionais sejam constantemente avaliadas, ajustadas e comunicadas de forma transparente, garantindo que as diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos sejam respeitadas e valorizadas em todas as esferas da vida universitária. O caminho é longo, mas cada passo dado na direção da inclusão real representa uma conquista para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jacqueline Praxedes de. O curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas e a formação docente para a prática da educação inclusiva. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

ALVES, Simone de Oliveira. A inclusão de alunos com deficiência no Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora: desafios e perspectivas. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de

ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARVALHO, J. L.; FERREIRA, E. L. Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: particularidades de um processo em expansão. In: FERREIRA, Eliana Lúcia (org.). *Teoria e métodos do processo de inclusão educacional*. Juiz de Fora: UFJF, 2021.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DINIZ, E. P. da S.; SILVA, A. M. da. Perspectivas de estudantes com deficiências sobre facilitadores e barreiras nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. e0092, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0092>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FARIA, A. A. B.; PEIXOTO, L.; OLIVEIRA, M. B. Desafios e perspectivas na educação superior: a trajetória acadêmica de alunos surdos. In: *Seminário de Educação (SemiEdu)*, 2024. Anais [...]. Cuiabá: UFMT, 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, E. A.; VALADÃO, M. N. Atuação do TILS na Educação Superior: desafios e perspectivas. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148585253>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LAGUNA, L.; ARAÚJO, R. Manual para orientação docente no exercício da docência com alunos surdos inclusos. Porto Alegre: IFRS/NAPNE, 2018.

LIMA, M. A. dos S. A inclusão do aluno surdo no ensino superior: uma reflexão sobre deficiência, diferença e alteridade. *Revista Contemporânea*, v. 5, n. 7, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV5N7-028>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LIMA, M. A.; GARCIA-VALCÁRCEL, A.; MEIRINHOS, M. Inclusion in higher education: an analysis of teaching materials for deaf students.

Education Sciences, v. 15, n. 10, p. 1290, 2025. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/15/10/1290>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARIOT, A. et al. Acessibilidade e inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, p. e0012, 2023.

PEREIRA, D. B.; MELO, F. R. L. V. Inclusão e acessibilidade em Instituições de Educação Superior: uma revisão de literatura sobre o Programa Incluir. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/569161f7-6b7c-4e45-8094-0714e836c8a7>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SALES, Angelina Sthephanny da Silva. *Modelagem e desenvolvimento de formulários digitais acessíveis para pessoas surdas*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, S. M. C.; REIS, A. S. Trajetória da educação especial e inclusiva no Brasil. *Revista Educação em Foco*, v. 18, n. 1, p. 109-130, 2015.

SOUZA, G. C.; ASSIS, M. Democratização do acesso ao ensino superior: o papel do ENEM e do SISU. *Revista de Políticas Públicas em Educação*, v. 31, n. 1, p. 1-18, 2023.

YATEGASHI, Solange Franci Raimundo et al. Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior: um estudo do estado do conhecimento (2019-2024). *Revista Inclusão*, v. 11, n. 1, 2026. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/2922>. Acesso em: 10 jun. 2026.

¹ Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/CAEd/UFJF). E mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre pela Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)